

Caracterização das psicopedagogas associadas à ABPpRS

Characteristics of psychopedagogues associated with ABPpRS

Rosalie Isabel Kunst¹; Lisiane Machado de Oliveira-Menegotto²

DOI: 10.51207/2179-4057.20250021

Resumo

Este artigo é parte de uma dissertação de mestrado que teve como objetivo caracterizar as psicopedagogas associadas à Associação Brasileira de Psicopedagogia (ABPp) no estado do Rio Grande do Sul (RS), considerando a formação acadêmica, os contextos de atuação e tendo como foco a trajetória e o envolvimento com o trabalho inclusivo com pessoas com deficiência (PcDs). Para acessar esses profissionais, foi necessária a intermediação da ABPpRS, entidade de caráter científico-cultural que representa a categoria junto à comunidade social e científica, desenvolvendo a Psicopedagogia e a defesa de seus associados, colaborando com a educação do país, com a formação de psicopedagogos e com o alinhamento das políticas públicas voltadas à educação e à saúde. Esta investigação contou com a aplicação de um questionário via Google Forms, cujo *link* de acesso foi disponibilizado aos membros da associação através de um grupo no WhatsApp do qual fazem parte. O questionário ficou disponível no período de 3 de julho a 15 de julho de 2023 e contou com 47 respondentes, o que corresponde a 17,60% dos associados. As psicopedagogas respondentes são do sexo feminino e residem em 29 municípios diferentes do estado do Rio Grande do Sul. Todas possuem graduação e especializações, sendo que 17 têm mestrado e duas têm doutorado. As atuações profissionais se dividem entre as áreas clínica e institucional em diferentes espaços, com diferentes públicos e faixas etárias.

Unitermos: Psicopedagogas. Caracterização Profissional. Inclusão Social.

Summary

This article is part of a master's thesis which aimed to characterize the psychopedagogues associated with the Brazilian Association of Psychopedagogy (ABPp) in the state of Rio Grande do Sul (RS), considering academic training, the contexts of action and focusing on the background and involvement with inclusive work with people with disabilities (PwD). To reach these professionals, was necessary the intermediation of the ABPpRS, an entity of a scientific-cultural nature that represents the category within the social and scientific community, developing psychopedagogy and defending its associates, collaborating with the country's education, with the training of psychopedagogues and with the alignment of public policies focused on education and health. This study involved the application of a questionnaire through Google Forms, with the access link made available to the association members through a WhatsApp group they are part of. The questionnaire was available from July 3 to July 15, 2023, and had 47 respondents, which corresponds to 17.60% of members. The responding psychopedagogues are women living in 29 distinct municipalities in the state of Rio Grande do Sul. All of them have degrees and specializations, with seventeen holding a master's degree and two having a doctor's degree. Their professional activities are divided between clinical and institutional areas, across various settings, audiences, and age groups.

Keywords: Psychopedagogues. Professional Characterization. Social Inclusion.

Trabalho realizado na Universidade Feevale, Novo Hamburgo, RS, Brasil.

Conflito de interesses: As autoras declaram não haver.

1. Rosalie Isabel Kunst – Mestre em Psicologia Acadêmica; Universidade Feevale, Novo Hamburgo, RS, Brasil. **2.** Lisiane Machado de Oliveira-Menegotto – Doutora em Psicologia; Universidade Feevale, Novo Hamburgo, RS, Brasil.

Introdução

Este artigo compõe uma dissertação de mestrado com o objetivo de caracterizar as psicopedagogas associadas à Associação Brasileira de Psicopedagogia (ABPp) no estado do Rio Grande do Sul (RS), considerando a formação acadêmica e os contextos de atuação e tendo como foco a trajetória e o envolvimento com o trabalho inclusivo com pessoas com deficiência (PcDs).

O estudo propõe a compreensão do papel da Associação Brasileira de Psicopedagogia do Rio Grande do Sul (ABPpRS) e da sua contribuição para o desempenho dos profissionais psicopedagogos no contexto atual e a análise das demandas da sociedade e do cenário inclusivo, destacando a sua atuação na promoção de práticas inclusivas no campo da Psicopedagogia.

A Psicopedagogia desempenha um papel decisivo na promoção da aprendizagem e no desenvolvimento integral de indivíduos, atuando em diversos contextos e enfrentando desafios complexos. No âmbito dessa prática profissional, a ABPpRS se destaca como entidade representativa, congregando profissionais dedicados a aprimorar as suas práticas e contribuir para o avanço da Psicopedagogia no estado.

A associação é uma entidade de caráter científico-cultural, sem fins lucrativos, com o objetivo de reunir profissionais atuantes na área da Psicopedagogia e de promover o seu desenvolvimento, a divulgação da Psicopedagogia e a defesa dos interesses de seus associados, representando a categoria junto à comunidade social e científica. Além disso, cumpre uma tarefa de importância na democratização de informações, através de artigos publicados em seus periódicos, gerando experiências e reflexões sobre a identidade e o modelo de atuação psicopedagógica, contribuindo com o cenário educacional (ABPp, 2022).

De acordo com a ABPp (2022), atualmente são 15 seções e cinco núcleos distribuídos pelo território nacional, sendo todos vinculados e sob orientação da ABPp Nacional. Um dos focos de atuação da ABPp consiste na busca incessante pela regulamentação do exercício da atividade de

Psicopedagogia, por meio de projeto de lei que tramita no Congresso Nacional, iniciado em 1997. A associação acompanha, discute e participa de todas as etapas transcorridas na esfera legislativa. Em consonância à regulamentação, a instituição preocupa-se com a formação de psicopedagogos, divulgando diretrizes de formação e orientações para as instituições formadoras.

O Conselho Nacional da ABPp aprovou, em 2000, atualizando-o no ano de 2019-2022, o documento “Diretrizes básicas da formação de psicopedagogos no Brasil e eixos temáticos para cursos de formação em psicopedagogia”, para a consolidação e identidade da formação do psicopedagogo nacional (ABPp, 2019b). A ABPp possui também uma Comissão de Ética, composta por membros de seu Conselho, cuja ação se objetiva na orientação sobre a formação profissional de psicopedagogos e sobre sua conduta profissional. Contribuiu também com reflexões junto às autoridades competentes a fim de elaborar, organizar, programar e executar projetos de educação e saúde no que concerne a questões psicopedagógicas, entre outras relacionadas à formação psicopedagógica, a responsabilidades e ao cumprimento do Código de Ética do Psicopedagogo (ABPp, 2019a). A atualização do Código de Ética é constante, para que se mantenha em conformidade com as expectativas da categoria profissional e da sociedade. A Psicopedagogia é reconhecida por ser de ação interdisciplinar e transdisciplinar, em educação e saúde, atuando com diferentes sujeitos, grupos, instituições, família, escola e sociedade. Em sua atuação profissional, a psicopedagogia utiliza-se de instrumentos e procedimentos próprios que convergem e é fundamentada em referenciais teóricos distintos, nos campos da prática clínica e institucional (ABPp, 2019b).

A ABPpRS é a primeira sessão, sendo precedida apenas pela sede em São Paulo (ABPp Nacional). Atualmente, conta com a participação de 257 associados, sendo que em sua quase totalidade são do gênero feminino. A ABPpRS, fundada em 8 de setembro de 1986, é a única instituição a organizar e representar a classe dos psicopedagogos gaúchos. No *site* da instituição, estão disponíveis o estatuto,

editais, o código de ética, as diretrizes de formação de psicopedagogos, eventos e publicações da área. Trata-se de uma entidade formada por psicopedagogos e estudantes de psicopedagogia da capital e do interior do estado (ABPpRS, 2022).

Nesse contexto, a associação tem se destacado na construção de novos conhecimentos dentro do campo da Psicopedagogia, incentivando perspectivas inovadoras e novos olhares. Ao cumprir esse papel fundamental, a ABPpRS contribui para a construção da identidade do psicopedagogo. O comprometimento da associação com a promoção de debates, eventos e diretrizes de formação reforça a sua importância como entidade que não apenas representa, mas também impulsiona o avanço e a evolução do cenário psicopedagógico no estado do Rio Grande do Sul, estabelecendo, assim, um elo essencial entre a sua história e a sua atuação presente. Parte superior do formulá

No que tange à inclusão de pessoas com deficiência (PcDs), conforme a Convenção internacional sobre os direitos das pessoas com deficiência (Organização das Nações Unidas, 2006), PcDs são indivíduos que têm impedimentos de longo prazo de natureza mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir a sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. Atualmente, o termo PcD é a expressão mais aceita no Brasil e, portanto, será adotado no presente artigo.

Abordar a inclusão de pessoas com deficiência no âmbito social e educacional brasileiro, identificar as barreiras no processo de inclusão e, em conjunto, evidenciar a sua importância não são tarefas fáceis, pois é necessário ter uma visão ampla da realidade e de suas dificuldades, apesar da existência de leis. Conforme Bueno (1999), isso demanda ousadia e coragem, seja nas ações exercidas ou nos estudos e reflexões para propor alternativas.

Ao se referir às PcDs, Vygotsky (1989/1934) ressalta que o ambiente desempenha um papel importante no desenvolvimento, na promoção e no fortalecimento das suas habilidades individuais.

O autor argumenta que as potencialidades não são inatas, sendo essencial o meio social para ajudar a pessoa a descobri-las e desenvolvê-las. Portanto, ao abordar o trabalho psicopedagógico com PcDs é importante destacar o ambiente social no sentido de desenvolver as potencialidades de cada indivíduo.

Nesse cenário, uma sociedade inclusiva tem o dever de garantir espaços a todas as pessoas. Conforme Sasaki (2006), isso vai além de garantir apenas espaços adequados para todos. Ela deve ser caracterizada por fortalecer as atitudes de aceitação das diferenças individuais e de valorização da diversidade humana, enfatizando a importância do pertencer, da convivência, da cooperação e da contribuição que todas as pessoas podem dar para construir vidas comunitárias mais justas, mais saudáveis e mais satisfatórias.

Ainda de acordo com Sasaki (2012), considerando dados da história, as PcDs viveram e vivem quatro paradigmas: a exclusão e o banimento das PcDs do convívio social, sendo muitas vezes levadas à morte; a institucionalização e a segregação, com abrigo das pessoas deficientes e indigentes em hospitais e asilos; a integração, como modelo médico da deficiência com serviços públicos de reabilitação física e profissional; e, por fim, a inclusão, que surgiu em 1950 nos Estados Unidos da América, de modo que a culminância no Brasil foi a Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 1994).

Dessa forma, os progressos e compromissos com a inclusão no Brasil tiveram início a partir da Declaração de Salamanca, que instigou o Estado a assegurar o acesso das PcDs ao sistema educacional. A ratificação da Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência da Organização das Nações Unidas (2006), adotada como Lei Brasileira de Inclusão (LBI), Lei n. 13.146 (2015), evidencia um contínuo e significativo esforço de adequação em diversos setores, como saúde, educação, tecnologia, mercado de trabalho, assistência social, visando promover a igualdade e a inclusão efetivas das PcDs.

A LBI estabelece várias definições importantes nesse contexto. Quanto a PcDs, destaca o termo

como um conceito amplo abrangendo aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir a participação plena e efetiva na sociedade. Em relação aos princípios, indica a dignidade, a igualdade, a não discriminação, a acessibilidade universal, entre outros, visando garantir os direitos fundamentais das PcDs.

Referente à acessibilidade, estabelece a obrigatoriedade de garantir acessibilidade em diversos setores, como transporte, edificações, espaços públicos, comunicação e informação, além de assegurar o uso de tecnologias assistivas. No que tange à educação inclusiva, a legislação reforça o direito à educação inclusiva, assegurando o acesso, a permanência, a participação e o aprendizado de alunos com deficiência (AcDs) em escolas regulares.

Sobre trabalho e emprego, a LBI trata da inclusão das PcDs no mercado de trabalho, proibindo práticas discriminatórias e estabelecendo cotas para a contratação dessas pessoas em empresas com mais de 100 funcionários. No que diz respeito a direitos humanos e cidadania, a lei reforça o compromisso com os direitos das PcDs, assegurando a sua participação na vida política, cultural e esportiva do país. Por fim, sobre as medidas de apoio, prevê a adoção das medidas necessárias para garantir a autonomia, a vida independente e a participação social das PcDs. Essa legislação é fundamental para promover a inclusão e a igualdade de oportunidades para PcDs no Brasil. Ademais, a implementação e a efetividade dessa lei são aspectos contínuos, sujeitos a desenvolvimentos e ajustes ao longo do tempo para garantir uma sociedade mais inclusiva.

É notório que a inclusão se tornou um movimento universal por meio dos seminários internacionais e convênios firmados entre os países, mobilizando ações políticas, sociais e pedagógicas. Com o intuito de contemplar indiscriminadamente a todos, o movimento inclusivo busca incentivar que todos venham a participar e aprender, compreendendo que cabe tanto aos órgãos públicos como a toda a sociedade garantir a inclusão de forma integral e de qualidade.

Muito ainda precisa ser feito para que se consiga transformar a nossa realidade frente a paradigmas excludentes enraizados historicamente e socialmente no país. Todavia, sabe-se, nessa perspectiva, que a educação brasileira é uma grande aliada nessa tarefa de transformação social inclusiva. Conforme Mantoan (2003), a construção de uma sociedade inclusiva passa a ser defendida mundialmente. Essa é uma dívida da atual sociedade, para que assim se possa diminuir o preconceito e a hostilidade diante das diferenças.

Muitas mudanças foram e ainda são necessárias para efetivar as propostas inclusivas que representam a inclusão de sujeitos que até o século XIX foram excluídos e rejeitados. A política nacional da educação especial na perspectiva da educação inclusiva (Ministério da Educação, 2008, p. 14) passa a

assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para os atendimentos educacionais especializados e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade.

Entende-se que essa ação não é, como se esperava, homogênea, nem mesmo padronizada. A legislação prevê o ensino para todos e garante, dessa forma, o direito básico à educação. Todavia, não diz como esse processo deve acontecer e nem mesmo oferece indicadores para avaliar o processo inclusivo. Como resultado, em muitas situações percebe-se um processo de inclusão de “compartilhar o espaço educativo” sem que se tenha um plano consistente de trabalho em relação à aprendizagem e ao desenvolvimento das PcDs.

Essa situação tem gerado críticas duras ao processo inclusivo, críticas estas coerentes, pois se considera que a inclusão deve ultrapassar a etapa de

convivência para focar também no desenvolvimento e nas potencialidades dessas pessoas. Isso não significa estabelecer processos educativos diferenciados ou, pior ainda, procurar “teorias especiais” para cada tipo de necessidade especial, pois a PcD não é uma pessoa menos desenvolvida, mas uma pessoa que se desenvolveu de outra maneira. A ideia de que a aprendizagem acontece na interação com os outros reforça a importância da inclusão escolar e das estratégias pedagógicas que consideram o potencial de cada aluno (Vygotsky, 1989/1934).

Desde 2008, o Brasil comprometeu-se com uma política de educação inclusiva, contrária às classes segregadas (Ministério da Educação, 2008). As mudanças de estruturação física e pedagógica começaram a acontecer, mas as dificuldades políticas enfrentadas no país ao longo dos anos levaram a entendimentos e interpretações que prejudicaram a efetivação e a implementação de políticas públicas mais conscientes sobre a inclusão.

O grande desafio da atual gestão governamental é retomar as premissas originais dessa política que, apesar de não ter sido desfeita, foi ameaçada nos últimos anos. Tem-se, como exemplo, o Decreto n. 10.502 (2020), assinado pelo presidente do mandato de 2019 a 2022, que instituiu a política nacional de educação especial: equitativa, inclusiva e com aprendizado ao longo da vida. Trata-se de uma iniciativa considerada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF), pois a Constituição Federal garante o atendimento especializado às pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino, por meio do Decreto n. 6.949 (2009), sendo que o país assumiu esse compromisso com a educação inclusiva. Dessa forma, no primeiro dia do mandato do governo atual, em 2023, essa lei foi revogada.

A oferta de uma educação inclusiva para todos caracteriza-se por um modelo que deve buscar uma educação sem distinções de qualquer natureza, com reconhecimento e respeito pelo outro, favorecendo a convivência com a diversidade. A educação inclusiva tem por gênese o acolhimento a todas as pessoas, sem exceção. Logo, “a educação inclusiva demanda ousadia e coragem, prudência e sensatez,

quer seja na ação educativa concreta ou nos estudos e investigações que procurem descrever, explicar, equacionar, criticar e propor alternativas para a educação especial” (Bueno, 1999, p. 9).

Com o foco no tema deste estudo, a Psicopedagogia, no contexto da inclusão, amplia o seu raio de ação voltando-se às pessoas com deficiência além das práticas psicopedagógicas de diagnóstico, prevenção e intervenção, tanto nas áreas institucionais como clínicas. As diferenças oportunizam o enriquecimento e não devem ser tomadas como obstáculo à manutenção das rotinas e atividades institucionais, mas como oportunidade para o incremento de sua capacidade de inclusão social. Em relação às PcDs, observam-se diversos entraves, desde questões conceituais e ideológicas e insistência na hierarquização das capacidades até a falta de investimento na estrutura das escolas e na formação dos docentes, no que tange à preparação para o trato com a diversidade e à singularidade da educação de alunos. “O que é ser diferente? Diferente de quê? De quem? Em relação a quê? Para quê? Em que momento? [...] A questão estará no domínio biológico, cognitivo, afetivo ou social?” (Weiss, 2020, p. 15). São questionamentos e reflexões que aparecem frequentemente no contexto educacional atual e que requerem um novo olhar e novos posicionamentos relacionados à inclusão e às PcDs.

Fernández (2001) afirma que não se pode confundir um anoréxico por um desnutrido. Embora ambos estejam mal alimentados, apresentam diferentes causas que os levaram a não comer; consequentemente, as soluções também devem ser diferentes. No âmbito educacional, vários fatores podem ser responsáveis pelo não aprender e, nesse caso, se fossem detectados pedagogicamente da forma correta, não resultariam em fracasso escolar, afetando o sujeito em sua totalidade.

O trabalho psicopedagógico na perspectiva da inclusão de PcDs exige do psicopedagogo a busca na teoria do reconhecimento de como se dá a aprendizagem e do seu processo. É preciso que cada psicopedagogo saiba o que é ensinar e o que é aprender, o modo como esses aspectos interferem nos sistemas e nos métodos educativos ao longo do

processo, os problemas estruturais que intervêm no surgimento dos transtornos de aprendizagem e no processo escolar, bem como as influências afetivas e as representações inconscientes.

É importante considerar o seguinte princípio clínico: “o psicopedagogo auxiliará o sujeito a reelaborar sua história de vida, reconstruindo fatos que estavam fragmentados, e a retomar o percurso normal de sua aprendizagem” (Porto, 2011, p. 91). Assim, o psicopedagogo na clínica pode ressignificar a diferença, dando um novo sentido a ela, utilizando-se de procedimentos diagnósticos e terapêuticos por meio da escuta psicopedagógica. Alicia Fernández (1991) acredita que a Psicopedagogia deva considerar o problema de aprendizagem como resultado da articulação construtiva do organismo, do corpo, da inteligência e da estrutura do desejo, na qual o seu sintoma interfere na constituição do sujeito e no não aprender.

Na atuação institucional, o psicopedagogo contribui para a inclusão de PcDs, ajudando a adaptar os processos didáticos e metodológicos, além do ambiente físico e emocional, para promover uma aprendizagem mais inclusiva. A proposta é diminuir o problema já existente, ou seja, é um trabalho preventivo, mas necessário, para atuação psicopedagógica. Weiss (2020) ainda aborda a discussão sobre a inclusão das PcDs nas escolas regulares e a importância de como incluir para que isso seja benéfico para todos. Beyer (2006, p. 71) destaca que ensinar, na educação inclusiva, é “garantir que os alunos com necessidades educacionais especiais participem de uma programação tão normal quanto possível e tão específica quanto suas necessidades requeiram”. Nesse sentido, a Psicopedagogia, ao tratar da inclusão tanto na perspectiva clínica quanto institucional, compromete-se, segundo Weiss (2020), com o respeito às características individuais do sujeito atendido, bem como aos contextos familiar, escolar e social dos quais ele faz parte.

Procedimento Metodológicos

Esta investigação, conforme Laville e Dionne (1999), de natureza aplicada, de abordagem

qualitativa, descritiva, tem como procedimento um levantamento para obtenção de dados sobre formação e trajetória profissional do trabalho psicopedagógico de associados da ABPp no contexto do RS. Na época da coleta de dados, em 2023, os integrantes do grupo de WhatsApp da ABPpRS totalizavam 257, sendo que todos foram convidados a preencher um questionário no formato do Google Forms, disponibilizado através de um *link*. Para participar do estudo, o psicopedagogo deveria ler e assinar digitalmente o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Dos 257 participantes do grupo de WhatsApp, 47 pessoas aceitaram o convite para participar da pesquisa. Todas eram do sexo feminino, tinham idades entre 29 e 68 anos e residiam em diferentes municípios do RS.

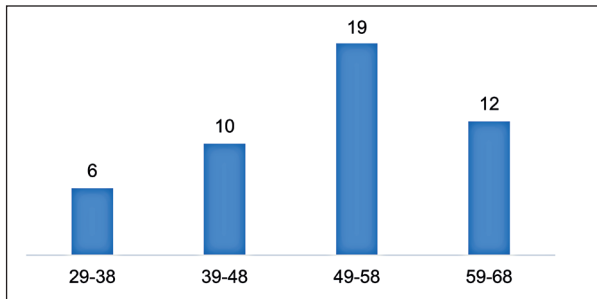
É importante salientar que o questionário ficou disponível no período de 3 de julho a 15 de julho de 2023. A análise dos dados ocorreu por meio de estatística descritiva e reflete o panorama e o cenário do profissional. Com base na análise, os resultados foram agrupados em três categorias: Quem são as profissionais?; Formação acadêmica; e Trajetória profissional do trabalho psicopedagógico das Associadas da ABPp no contexto do RS.

Resultados

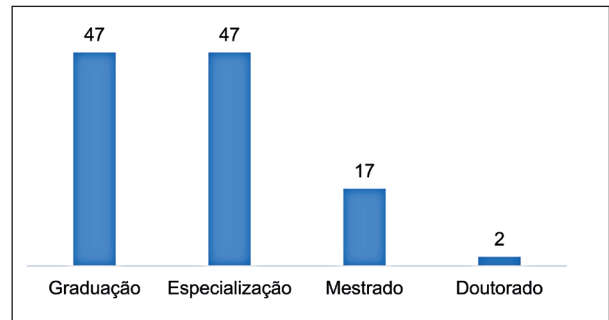
O levantamento do questionário respondido pelas psicopedagogas associadas da ABPpRS resultou em dados que produziram um contorno específico a esta investigação, dando um detalhamento para a caracterização das psicopedagogas, tendo como foco o trabalho inclusivo com PcDs.

Quem são as Profissionais?

Todas as 47 participantes se identificam como do sexo feminino. Quanto aos aspectos étnicos e raciais, 44 delas (93,61%) se consideram brancas, duas (6,39%) se autodeclararam negras e uma se reconhece como parda. Quanto à faixa etária das participantes, suas idades variam de 29 a 68 anos, sendo que 31 participantes (66%) têm mais de 49 anos, conforme o Gráfico 1.

Gráfico 1*Faixa etária das participantes*

Fonte: dados da pesquisa (2023).

Gráfico 2*Nível de escolaridade*

Fonte: dados da pesquisa (2023).

Com referência à distribuição geográfica, o estudo conta com participantes que vivem e atuam em 29 municípios diferentes do estado do RS, sendo 11 delas (29%) em Porto Alegre e 36 (71%) em outros 28 municípios do estado. Em relação às regiões das profissionais de 28 diferentes cidades, há participantes da região metropolitana (oito), do noroeste rio-grandense (oito), do nordeste do estado (três), da fronteira do Brasil com Uruguai (uma), do planalto médio (cinco), da região das Missões (uma), da região central (uma), da região serrana (seis), da região norte (duas) e da região de Lagoa Vermelha (uma).

Ainda, duas das participantes se identificaram como PcDs, sendo uma com deficiência física e outra com deficiência visual.

Formação acadêmica

As profissionais são graduadas em Pedagogia, em Psicopedagogia, em Licenciaturas e em Fonoaudiologia. As instituições de formação são da rede pública e privada, contemplando estudo presencial e a distância. Todas elas possuem pós-graduação, sendo que a maioria possui mais de uma especialização. Dezesete participantes (36%) possuem mestrado concluído, sendo que três delas têm o curso em andamento. Quanto ao doutorado, duas possuem tal formação na área da Educação, sendo uma delas titulada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) em 2017 e outra pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) em 2012. O detalhamento da escolaridade das participantes é apresentado no Gráfico 2.

Graduações e área de conhecimento

A maioria das participantes, 37 (79%) no total, possui graduação em Pedagogia. Outras dez profissionais (21%) têm formações variadas, como Psicopedagogia, Letras, História, Educação Física e Fonoaudiologia. Três dessas profissionais possuem duas graduações diferentes. As instituições de formação incluem Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), UFRGS, PUCRS, Universidade de Passo Fundo (UPF), Feevale, entre outras, com anos de conclusão de curso entre 1979 e 2022.

Pós-graduações

Das profissionais associadas à ABPpRS que participaram do estudo, 40 (85%) têm formação em Psicopedagogia, seis (13%) são especializadas em Neuropsicopedagogia e apenas uma (2%) tem formação em Educação Especial. Em média, elas possuem até três especializações em áreas como Educação, Psicologia, Neurociência, Tecnologias de informação educacional, entre outras. As principais instituições de formação mencionadas incluem UNISINOS, UFRGS, PUCRS, Uniritter, Uniasselvi, entre outras, com anos de conclusão de curso variando entre 1985 e 2022.

Mestrado

Dentre as participantes, em 2023, quando foi aplicado o questionário, 17 (36%) haviam concluído o mestrado e três estavam com o curso em andamento. A área de maior concentração é a Educação, sendo que oito participantes concluíram o mestrado nessa área. Duas delas têm titulação em Educação

nas ciências, duas em Diversidade cultural e Inclusão social, uma em Psicologia, uma em Educação e aprendizagem de adultos, uma em Processos educacionais, uma em Inclusão e dificuldade de aprendizagem e, por fim, uma em Letras.

As principais instituições de ensino onde concluíram seus mestrados incluem UFRGS, UPF, Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC), Universidade de Caxias do Sul (UCS), Feevale, Unijuí, PUCRS, Fundação Universitária Iberoamericana (FUNIBER), Universidade ISEP, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), entre outras, com anos de conclusão registrados entre 2002 e 2022.

Doutorado

Duas participantes possuem doutorado na área da Educação, sendo que uma obteve o título pela UFRGS e a outra pela PUCRS. Os cursos foram concluídos em 2012 e 2017.

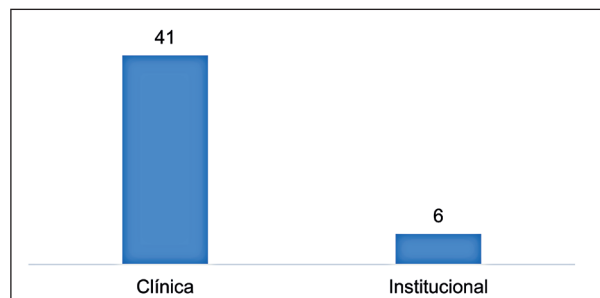
Trajетória Profissional do Trabalho Psicopedagógico das Associadas à ABPp no Contexto do Rio Grande do Sul

Local e Atuação das Participantes

Das 47 psicopedagogas que participaram da pesquisa, 40 estão exercendo a atividade profissional na Psicopedagogia e sete não estão atuando no momento. A atuação das 47 psicopedagogas acontece em 29 municípios do RS, sendo que 11 delas (29%) trabalham em Porto Alegre e as outras 36 (71%) exercem a profissão em diferentes municípios do RS.

Além disso, das 47 psicopedagogas atuantes, 41 (87%) são da área clínica e seis (13%) são da área institucional, conforme ilustra o Gráfico 3.

Gráfico 3
Área de atuação principal



Fonte: dados da pesquisa (2023).

Tempo/Local de Atuação e Experiência com PcDs

O tempo de atuação varia de menos de um ano a 39 anos, com 37 psicopedagogas (79%) possuindo mais de cinco anos de experiência na área da Psicopedagogia no contexto clínico e institucional.

Quanto à atuação com PcDs, das 47 psicopedagogas, 29 (62%) possuem experiência com mais de cinco anos na área clínica em consultórios, na associação comunitária e na Secretaria de Educação.

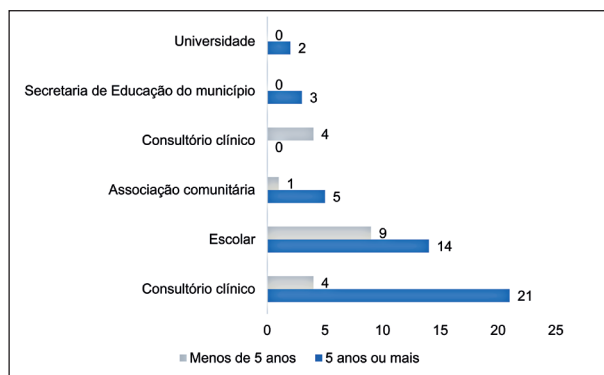
Na área institucional e com mais de cinco anos de experiência de atuação são 18 psicopedagogas (38%), que trabalham em espaço escolar e em universidades, como detalha o Gráfico 4.

Com menos de cinco anos de atuação na área clínica, em consultórios e em associação comunitária, são cinco (11%) e com menos de cinco anos na área institucional são nove (19%).

Equipe Multidisciplinar

O trabalho ocorre com a contribuição de um número muito significativo de profissionais das áreas da Psicologia, da Terapia Ocupacional, da Fonoaudiologia, da Fisioterapia e do Serviço Social, de forma inter e transdisciplinar. De acordo com os dados coletados, 19 especialistas destacaram a Psicologia como a principal área de interlocução, seguida pela Fonoaudiologia (mencionada por 15 participantes), pela própria área da Psicopedagogia (indicada por 13), pela Fisioterapia (com 11 menções) e pela Assistência Social (com 10 indicações). Especialistas de diversas áreas, como terapeutas

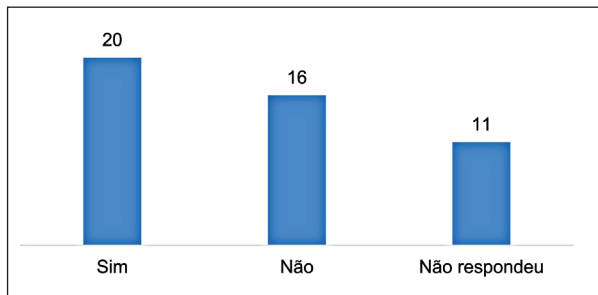
Gráfico 4
Experiência de cinco anos ou mais e espaço de atuação



Fonte: dados da pesquisa (2023).

Gráfico 5

Equipe multidisciplinar: "possui uma equipe multidisciplinar onde atua?"



Fonte: dados da pesquisa (2023).

ocupacionais, psicomotricistas, educadores físicos, pedagogos, neurologistas, musicoterapeutas, arteterapeutas, psiquiatras, nutricionistas, neuropsicólogos, dançaterapeutas, profissionais de tecnologia da informação e pediatras, estão envolvidos em um trabalho multidisciplinar e interdisciplinar, como mostra o Gráfico 5.

Discussão

A caracterização das psicopedagogas associadas à ABPpRS envolveu suas identidades profissionais, formações acadêmicas, áreas de atuação e, em particular, suas trajetórias profissionais relativas ao trabalho inclusivo voltado a PcDs. Apesar da divulgação do questionário por meio do Google Forms e de um *link* compartilhado no grupo de WhatsApp da associação, a expectativa inicial de uma participação significativa não se materializou, de modo que apenas 47 pessoas das 267 convidadas responderam ao questionário.

Diversos fatores podem ter contribuído para a não conclusão do formulário, como a falta de tempo, a falta de interesse e a não atuação corrente na área da Psicopedagogia. A complexidade da pesquisa, com foco na prática clínica e em questões relacionadas a PcDs, pode ter influenciado e direcionando a participação daquelas que se sentiram mais profundamente envolvidas e competentes nesses domínios específicos.

Ao examinar o elevado nível de escolaridade, a variedade de cursos e formações, juntamente com uma trajetória profissional extensa caracterizada

por uma diversidade de conhecimentos teórico-práticos, é necessário considerar a média de idade das psicopedagogas, a qual ultrapassa os 60 anos. As psicopedagogas encontram-se alicerçadas por conhecimentos e uma trajetória significativa de formações, de subsídios teóricos e práticos, objetivando o fortalecimento do seu trabalho.

Como sugere Bossa (2019), a construção teórica é viabilizada *a priori* por alinhavos edificados desde a sua história de vida, agregada aos seus contextos socioculturais e remetida a uma organização e escolha de sua formação inicial na área da Pedagogia e da pós-graduação na Psicopedagogia. As participantes mencionaram formações, em sua grande maioria, tendo origem na área da Educação, destacando-se principalmente a graduação em Pedagogia e as experiências docentes. Além disso, em relação ao tempo acadêmico dessas profissionais e à sua formação em Psicopedagogia, por se tratar de um curso de pós-graduação e especialização, observa-se um tempo de vida acadêmica mais extenso do que o habitual para profissões que se originam exclusivamente da graduação.

Conforme o relato das participantes, a contribuição para o trabalho coletivo e integrado no campo da Psicopedagogia é realizada por um número expressivo de profissionais provenientes de outras áreas. Essa colaboração ocorre de maneira inter e transdisciplinar, sendo a Psicologia a principal contribuinte, reconhecendo a importância e a influência de diversos contextos de aprendizagem. Destaca-se, especialmente, o papel crucial do brincar e do jogo nesse processo, ressaltando-se a relevância das atividades lúdicas no desenvolvimento e aprendizagem.

Os resultados da pesquisa revelam que as psicopedagogas são predominantemente do gênero feminino. Diante dessa constatação, optou-se por privilegiar o uso do gênero feminino ao referir essa categoria profissional.

Sobre a questão de gênero, Fernández (1994) aponta uma importante reflexão. Segundo essa autora, a complexa interação entre as expectativas culturais impostas às mulheres e a realidade que enfrentam revela aspectos objetivos e subjetivos de

suas vidas. As dimensões objetivas incluem papéis sociais e normas culturais, enquanto as subjetivas abrangem experiências pessoais e a construção única da identidade feminina. Essas tensões, dentro de um contexto mais amplo influenciado pela sociedade e cultura, moldam de maneira profunda as trajetórias de vida das mulheres.

Barone et al. (2020, p. 185) afirmam que “a formação sempre esteve associada a um tempo e um espaço histórico específico às finalidades políticas sociais e culturais que não acontecem por acaso, nem ao acaso”. A busca de aperfeiçoamento e de uma carreira acadêmica no campo da Psicopedagogia e de suas interfaces levou 17 das psicopedagogas ao mestrado. Considerando a trajetória profissional das associadas à ABPpRS e a atuação delas, que acontece na capital, Porto Alegre (RS), e em 28 municípios de diferentes regiões do estado, podemos ter um panorama que contextualiza esse trabalho nos diferentes municípios, mostrando também que ele acontece na área institucional, em escolas e universidades, e na área clínica, em consultórios e associação comunitária. Destacamos, além disso, a experiência e o tempo de atuação das participantes, sendo que muitas contam com mais de cinco anos de atuação e com ênfase maior no trabalho psicopedagógico clínico com PcDs. Todas essas evidências nos levam a inferir que há uma plasticidade na formação e atuação da Psicopedagogia.

Referente à inclusão, Ribeiro (1995) e Freyre (2016) oferecem valiosas análises sobre as complexas relações raciais e sociais que moldaram a sociedade brasileira. Esses grupos minorizados, frequentemente privados de acesso digno à saúde, moradia e educação, carregam um fardo histórico que remonta à colonização portuguesa. Hoje, reconhecemos a necessidade imperativa de modificar essas realidades, não apenas como uma questão de justiça social, mas como um compromisso moral e ético. Tornar efetiva a inclusão desses grupos envolve a implementação de políticas públicas inclusivas, o fortalecimento de programas de educação antirracista e o desenvolvimento de estratégias que promovam o respeito à diversidade cultural. É uma responsabilidade coletiva criar um ambiente

em que todos, independentemente de sua origem étnica, possam desfrutar de acesso equitativo a oportunidades e qualidade de vida.

A predominância da composição racial de maioria branca dentre as participantes do estudo reproduz o cenário dos portadores de título de graduação do contexto brasileiro. Esse panorama, entretanto, pode ser influenciado e modificado por ações e esforços destinados a promover a inclusão de grupos étnicos e raciais diversos no ambiente acadêmico. A referência aos índices que respaldam essa constatação sugere a presença de dados estatísticos ou evidências que corroboram a ideia de que a “branquitude” prevalece, enquanto as políticas de inclusão representam um meio potencial para alterar essa realidade ao longo do tempo.

No Rio Grande do Sul, mesmo com a implementação da Lei n. 12.711 (2012), conhecida como Lei de Cotas, que reserva vagas para estudantes de escolas públicas autodeclarados pretos, pardos e indígenas, além de vagas específicas para PcDs, os desafios persistem. Esses desafios estão relacionados à efetiva implementação da lei para promover o avanço da democratização do Ensino Superior de qualidade no país e enfrentar as desigualdades históricas, buscando a inclusão de grupos étnicos e de PcDs, que têm sido historicamente marginalizados.

A baixa representação de psicopedagogas como PcDs, mesmo com a Lei de Cotas, afirma a fragilidade na operacionalização de políticas inclusivas e ações afirmativas no ensino superior que garantam a acessibilidade e a promoção da diversidade em programas de formação profissional. Conforme Pereira (2008), tais políticas devem abranger medidas específicas para garantir a acessibilidade e promover a diversidade em programas de formação profissional, contribuindo para uma representação mais equitativa e inclusiva.

Os dados que apontam um baixo índice de psicopedagogos com deficiência e autodeclarados como pessoas pretas remetem à vulnerabilidade de pessoas periféricas, negras, PcDs e pobres deste país e às escassas possibilidades de frequentar uma universidade, o que as limita a escolhas profissionais ligadas ao baixo grau de escolaridade.

A pouca acessibilidade à educação superior, como destacado por Feres Júnior et al. (2018), levanta reflexões importantes sobre a influência que isso pode exercer na Psicopedagogia, uma profissão que, em sua grande maioria, é composta por mulheres, mesmo com uma crescente presença feminina nos bancos universitários, que evidencia a resistência e o protagonismo dessa população.

Desafios vinculados a disparidades educacionais e financeiras anteriores podem resultar em lacunas educacionais para os profissionais em formação. Superar esses desafios requer a implementação de políticas que reduzam as barreiras financeiras, promovam a equidade no acesso à educação superior em Psicopedagogia e garantam uma formação profissional de qualidade, independentemente do gênero, visando aprimorar a eficácia e a inclusão na atuação desses profissionais.

Ainda, levando em consideração o aumento significativo da presença feminina nas instituições de ensino superior e destacando a resistência e o protagonismo das mulheres, é essencial mencionar as transformações sociais em curso. Tais transformações envolvem representatividade no campo, mudanças na dinâmica profissional, perseverança e liderança feminina na busca por educação superior. Assim sendo, é imprescindível levar em conta os desafios enfrentados pelas mulheres e, por outro lado, o potencial de enriquecimento da prática profissional por meio da participação feminina.

Diante disso, é preciso refletir sobre a forma como as práticas atuais, especialmente na Psicopedagogia, são moldadas por padrões históricos repetidos (Foucault, 1997). Isso ressalta a influência da história na formação das normas sociais, indicando que a Psicopedagogia não escapa desse padrão. Essas evidências apontam a necessidade de um profundo reconhecimento das narrativas históricas relacionadas a PcDs e uma revisão crítica das ideias preconcebidas por parte dos psicopedagogos para promover práticas mais assertivas.

É importante destacar, conforme Glat (2018), que o impacto das políticas públicas de inclusão nas últimas décadas tem evidenciado mudanças educacionais, terapêuticas e ocupacionais, beneficiando

pessoas com deficiências. O deslocamento do enfoque pautado na fragilidade e na dificuldade para o modelo psicossocial de autogestão representa uma evolução no entendimento e no tratamento dessas questões. Diante desse contexto, a atualização e a transformação na formação e nas práticas psicopedagógicas surgem como necessárias ao alinhamento e às demandas contemporâneas. Isso implica em uma discussão sobre o papel do psicopedagogo para que ele possa atender às complexidades e aos desafios presentes no cenário atual. Parte superior do formulário

Ao considerar os diversos grupos atendidos na Psicopedagogia, as estratégias de intervenção são influenciadas pelas experiências diversas, marcadas por desafios e lutas por direitos. Essa influência tem um impacto direto no desenvolvimento de práticas inclusivas específicas, especialmente no contexto brasileiro e do Rio Grande do Sul, onde uma realidade social, política e econômica única se apresenta.

Compreender essas particularidades locais é essencial para adaptar as intervenções às necessidades da população atendida. A consideração da história e da realidade permite aos profissionais da Psicopedagogia identificar desafios e potencialidades locais, possibilitando a adaptação de estratégias para atender às demandas específicas da educação inclusiva e o desenvolvimento de abordagens sensíveis às questões culturais.

Considerações

As associadas à ABPpRS participantes deste estudo evidenciaram uma base de conhecimento e comprometimento sólida, além de extensa formação e prática. Apesar da participação limitada das associadas na pesquisa, a conjectura aponta para a possibilidade de que a baixa adesão possa ser em decorrência do interesse particular e do engajamento a práticas profissionais relacionadas à clínica e ao suporte a PcDs.

A predominância de pessoas do gênero feminino, brancas e sem deficiência e a concentração de participantes com idade acima de 49 anos foram características que a presente pesquisa destacou. Para uma visão mais abrangente, seria importante

realizar pesquisas adicionais sobre a experiência de psicopedagogos do gênero masculino, com maior diversidade étnico-racial e com deficiência, dada a sua representação limitada, que reproduz uma limitação na reflexão sobre os desafios da profissão.

A formação das profissionais exige a implementação de políticas eficazes que diminuam as barreiras financeiras, fomentem a equidade no acesso à educação superior em Psicopedagogia e assegurem uma formação profissional de qualidade, independentemente do gênero. Aprimorar a eficácia da atuação desses profissionais proporciona uma base sólida para o desenvolvimento de suas competências e para a contribuição de uma prática profissional mais eficiente.

O aumento da presença feminina nas instituições de Ensino Superior, evidenciando a resistência e o protagonismo das mulheres, destaca a importância de considerar as transformações sociais em andamento. Essas transformações abrangem a representatividade no campo, as alterações na dinâmica profissional, a perseverança e a liderança feminina na busca por educação superior, bem como os desafios e as oportunidades das mulheres na área. O reconhecimento do potencial enriquecedor da prática profissional através de diversas perspectivas femininas não apenas sublinha a diversidade, mas também exerce influência sobre as necessidades sociais. Essa consciência ampliada contribui significativamente para uma atuação mais inclusiva e enriquecedora no contexto da Psicopedagogia.

As limitações deste estudo incluem uma amostra reduzida e específica das psicopedagogas associadas à ABPPRS, o que restringe a extensão das conclusões para a totalidade da população de profissionais. A concentração geográfica predominante em 29 municípios do Rio Grande do Sul, com uma parcela significativa em Porto Alegre, limita a representatividade de experiências em diferentes regiões e contextos urbanos e rurais. A ênfase na experiência clínica, opção desta pesquisa, restringe a compreensão abrangente da diversidade de práticas em ambientes institucionais, excluindo outras áreas de atuação, como empresas ou organizações não governamentais.

Estudos adicionais sobre desafios, estratégias de superação e necessidades específicas de psicopedagogos que se dedicam ao trabalho com PcDs são essenciais. Isso porque a Psicopedagogia, por estar voltada aos processos de ensino e aprendizagem, pode contribuir para o enfrentamento dos desafios da inclusão, no sentido de promover a implementação efetiva de políticas públicas inclusivas, e das novas perspectivas frente à educação especial para esse trabalho. Além disso, entender as raízes históricas e as suas características não apenas abre caminho para corrigir preconceitos enraizados, mas também possibilita a evolução de uma Psicopedagogia autenticamente sintonizada com a diversidade e as necessidades sociais contemporâneas.

Referências

- Associação Brasileira de Psicopedagogia. (2019a). *Código de Ética do Psicopedagogo*. https://www.abpp.com.br/wp-content/uploads/2020/11/codigo_de_etica.pdf
- Associação Brasileira de Psicopedagogia. (2019b). *Diretrizes básicas da formação de psicopedagogos no Brasil e eixos temáticos para cursos de formação em Psicopedagogia*. <https://www.abpp.com.br/diretrizes-da-formacao-de-psicopedagogos-no-brasil/>
- Associação Brasileira de Psicopedagogia. (2022). *Quem somos*. <https://www.abpp.com.br/quem-somos/>
- Associação Brasileira de Psicopedagogia - Seção Rio Grande do Sul. (2022). *Quem somos*. <https://abpprs.com.br/quem-somos>
- Barone, L. M. C., Almeida, L. B., Dantas, M. A. S., & Barbosa, L. M. S. (Orgs.). (2020). *Psicopedagogia do ontem ao amanhã: Avanços e perspectivas*. Wak.
- Beyer, H. O. (2006). *Inclusão e avaliação na escola de alunos com necessidades educacionais especiais* (2ª ed.). Mediação.
- Bossa, N. (2019). *A psicopedagogia no Brasil: Contribuições a partir da prática* (5ª ed.). Wak.
- Bueno, J. G. S. (1999). Crianças com necessidades educativas especiais, política educacional e a formação de professores: Generalistas ou especialistas? *Revista Brasileira de Educação Especial*, 3(5), 7-25. http://educacao.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65381999000100002&lng=pt&lng=pt
- Brasil. Decreto Nº. 6.949, de 25 de agosto de 2009. (2009). *Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007*. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm

- Brasil. Decreto Nº. 10.502, de 30 de setembro de 2020. (2020). *Institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizagem ao Longo da Vida*. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/d10502.htm
- Brasil. Lei Nº. 12.711, de 29 de agosto de 2012. (2012). *Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências*. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm
- Brasil. Lei Nº. 13.146, de 6 de julho de 2015. (2015). *Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)*. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm
- Brasil. Ministério da Educação. (2008). *Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva*. <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf>
- Feres Júnior, J., Campos, L. A., Daflon, V. T., & Venturini, A. C. (2018). *Ação afirmativa: Conceito, história e debates*. EDUERJ.
- Fernández, A. (1991). *A inteligência aprisionada*. Artmed.
- Fernández, A. (1994). *A mulher escondida na professora: Uma leitura psicopedagógica do ser mulher, da corporalidade e da aprendizagem*. Artmed.
- Fernández, A. (2001). *Idiomas do aprendente: Análise das modalidades ensinantes com famílias, escolas e meios de comunicação*. Artmed.
- Foucault, M. (1997). *Vigiar e punir: Nascimento da prisão* (16ª ed.). Vozes.
- Freyre, G. (2016). *Casa-grande & senzala: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Global.
- Glat, R. (2018). Desconstruindo representações sociais: Por uma cultura de colaboração para inclusão. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 24, 9-20. <https://doi.org/10.1590/S1413-65382418000400002>
- Laville, C., & Dionne, J. (1999). *A construção do saber: Manual de metodologia de pesquisa em ciências humanas*. UFMG.
- Mantoan, M. T. E. (2003). *Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?* Moderna.
- Organização das Nações Unidas. (2006). *Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência*. <http://www.bengalalegal.com/onu>
- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. (1994). *Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais*. CORDE.
- Pereira, M. M. (2008). Ações afirmativas e a inclusão de alunos com deficiência no Ensino Superior. *Revista Ponto de Vista*, 10, 19-38. <https://periodicos.ufsc.br/index.php/pontodevista/article/view/20567/18780>
- Porto, O. (2011). *Bases da Psicopedagogia: Diagnóstico e intervenção nos problemas de aprendizagem* (5ª ed.). WAK.
- Ribeiro, D. (1995). *O povo brasileiro: A formação e o sentido do Brasil*. Companhia de Bolso.
- Sassaki, R. K. (2006). *Inclusão: Construindo uma sociedade para todos* (7ª ed.). WVA.
- Sassaki, R. K. (2012). Causa impedimento, deficiência e incapacidade, segundo a inclusão. *Revista Reação*, 87, 14-16.
- Vygotsky, L. S. (1989). *Pensamento e linguagem*. Martins Fontes. (Original publicado em 1934)
- Weiss, M. L. L. (2020). *Psicopedagogia clínica: Uma visão diagnóstica dos problemas de aprendizagem escolar* (14ª ed.). Lamparina.



Este é um artigo de acesso aberto distribuído nos termos de licença Creative Commons.

Correspondência

Rosalie Isabel Kunst
Rua Farroupilha, 214 – Centro –
Estância Velha, RS, Brasil – CEP 93600-240
E-mail: rosaliekunst15@gmail.com